

O JÚRI

Paulo de Moraes Dutra

Procurador da Justiça, aposentado

.....
Ia pedir ao padre que o tirasse dessas dúvidas quando o magistrado, usando a sineta, anunciou o início dos debates.

— Com a palavra, pelo prazo legal, a promotoria pública!

As atenções voltaram-se para a pessoa que estava sentada à direita do juiz, e que agora se erguera. Estatura esguia, cabelos à escovinha, nariz adunco e vermelho, orelhas em asa, certos tiques nervosos, era o Dr. Carlos Tubino uma figura invulgar. Impusera-se aos campestres devido à veemência de seus discursos acusatórios, revestidos dum linguajar tão castiço que por vezes chegava a ser pernóstico. Reunia três condições fundamentais a quem aspira a ser bom orador: equilíbrio emocional, eloquência e segurança intelectual. Os réus o temiam quando ele, trabalhando os ingredientes da prova, com a fria serenidade dum analista, começava a armar a tecedura da culpabilidade. Aquele processo — era certo — não oferecia muita substância... Mas ninguém ousasse duvidar do que seria capaz. Espremendo testemunhos e documentos aparentemente inexpressivos, sabia extrair-lhes argumentos arrasadores, que deixavam os jurados perplexos e os réus em estado de pane... E como conhecia Direito Penal!

Antes de proferir as primeiras palavras, colocou em ordem algumas anotações rascunhadas durante o relatório do juiz, complementando assim o esquema do discurso. Afastando o copo com água, que havia sobre a mesa, começou a ler o libelo, uma peça carregada de artigos e parágrafos. Depois, num gesto estudado, abrangeu, com os olhos, a assistência. Em meio ao silêncio do auditório, deitou as falas, preludiando-as com uma saudação de estilo endereçada aos componentes do júri. Era um palanfrório besuntado de ranços literários, com frases coloridas e vistosos adjetivos.

Fez pequena pausa e, imprimindo um rumo diferente ao pensamento, entrou a dissertar sobre a responsabilidade criminal. Com ares de pedagogo, e usando as mais belas palavras que rebuscara no dicionário, procurava estabelecer as linhas-mestras que serviam de base às escolas clássica e positiva. Arrolou nomes, invocando-lhes os principais mentores. Dum lado, Beccaria, Carrara, Romagnosi, Carmignani, Pessina... De outro, Lombroso, Ferri, Garófalo, Puglia, Florian...

Pelo rabo dos olhos, Daniel pode ver o sorriso que iluminara o semblante do padre. Seu orgulho patriótico parecia exultar ante o desfile daqueles mestres que representavam a cultura peninsular. Mas, ao fixar-se novamente no promotor, pensou: "Esse sujeito vai ser um osso duro para o Marcelo quando tratarem de prover a cadeira de Direito Penal na Faculdade de Campestre. Se vai!"

Mergulhado entre duas rumas de grossos volumes de criminologia, dentro de cujas páginas aparas de papel assinalavam citações que pretendia retransmitir aos jurados, consumiu cerca de três quartos de hora nessa tarefa. Eram pensamentos recheados de erudição acerca do livre-arbítrio, determinismo, responsabilidade moral, responsabilidade social... Os membros do conselho pouco ou nada entendiam daquilo. Muito menos a platéia. Mas ninguém seria capaz de pôr em dúvida que ele estava interpretando o mais límpido espírito da lei e da doutrina.

Falando por um canto da boca, Daniel chamou a atenção do padre para um detalhe que vinha observando desde que o promotor tomara a palavra: a seriedade com que o escutava a representante feminina no conselho — uma professora pública lotada no Grupo Escolar. O sacerdote, que a conhecia superficialmente da Igreja, passou também a observá-la.

O acusador entornou um pouco d'água no copo, bebeu uns goles, enxugou com o lenço as gotas de suor que lhe porejavam da testa. Depois, abriu um pouco mais o espaço entre as duas colunas de livros, lançou um rápido olhar pelo esquema e, retomando a corrente do pensamento, voltou a desfechar suas setas contra o réu. Atava e desatava os elementos da prova como se estivesse acusando o maior sicário do mundo.

(Excerto do romance "Mais um lugar à mesa?").